

"Indígenas de Brasil y Perú piden frenar proyectos", *Servicios en Comunicación Intercultural Servindi*, Lima, Perú, 16 de abril de 2025.

Consultado en:

<https://www.servindi.org/seccion-pueblos-indigenas-actualidad-noticias/16/04/2025/indigenas-de-brasil-y-peru-piden-frenar>

Fecha de consulta: 22/09/2025.

## Indígenas de Brasil y Perú piden frenar proyectos

Publicado: 16/04/2025



Delegación de la Comisión Transfronteriza participó de la gran marcha indígena del  
Campamento Terra Libre.

Foto Upper Amazon Conservancy

Servindi, 16 de abril, 2025.- Una red binacional de representantes de comunidades, organizaciones indígenas y aliados gubernamentales y no gubernamentales de Brasil y Perú entregaron una importante declaración conjunta a las autoridades brasileñas.

En ella exigen respuestas urgentes ante graves amenazas como la construcción de carreteras ilegales, la presencia de actividades ilícitas y la falta de protección de zonas críticas para la biodiversidad y el equilibrio climático.



Foto: Upper Amazon Conservancy.

El documento denuncia la apertura ilegal de la carretera UC-105, que busca conectar parcialmente Nueva Italia con Puerto Breu, el centro del distrito de Yurúa, en el lado peruano.

Dicha vía ilegal ha provocado la deforestación de más de 4 000 hectáreas entre 2016 y 2023, según un estudio de la Universidad de Richmond.

Los suscriptores de la declaración alertan que estos proyectos viales, promovidos sin consulta previa, violan derechos indígenas y compromisos internacionales en la lucha contra la crisis climática.

La adopción del documento se realizó en el cónclave realizado en Brasilia, del 3 al 8 de abril de 2025, en el que participaron representantes indígenas de 12 pueblos originarios de la región fronteriza entre Perú y Brasil.

En la octava reunión de la Comisión Transfronteriza Yurúa/Juruá/Alto Tamaya participaron la Organización Regional AIDESEP Ucayali (ORAU) y la Asociación de Comunidades Nativas para el Desarrollo Integral de Yurúa Yono Sharakoiai (ACONADIYSH).

Asimismo, la Asociación Asháninka del Rio Amônia (APIWTXA) y la Organización de los Pueblos Indígenas del Rio Juruá (OPIRJ), junto a aliados estratégicos como la Comisión Pro-Indígenas de Acre, el Instituto Fronteiras y la Upper Amazon Conservancy.

Durante su visita, los miembros de la Comisión y las delegaciones se reunieron con autoridades del Ministerio de Relaciones Exteriores, de Justicia y Seguridad Pública, de Pueblos Indígenas y de la Fundación Nacional del Indio (FUNAI).

También participaron en el Campamento Tierra Libre, sumándose a manifestaciones públicas por el reconocimiento legal de sus tierras.



Foto: Upper Amazon Conservancy.

### **Fiscalización fronteriza**

La declaración demanda la creación de puntos permanentes de fiscalización en la frontera, acciones conjuntas de control entre ambos países y la protección inmediata para los Pueblos Indígenas en Aislamiento y Contacto Inicial (PIACI).

Además, se expresó el respaldo a la comunidad de Alto Tamaya-Saweto, demandando justicia y prisión preventiva para los autores del asesinato de sus cuatro líderes en 2014.

La Comisión recuerda que los pueblos indígenas transfronterizos no son solo guardianes, sino legítimos propietarios de sus territorios.

“No nos oponemos al desarrollo, nos oponemos al desarrollo que se impone sin respeto a la vida y a los bosques”, declaran las organizaciones indígenas en el documento.

Finalmente, se subraya la importancia del reconocimiento no solo del río Yurúa/Juruá, sino también de otros como el Amonia, Sheshea, Tamaya, Dorado y Shatanya.

Tales ríos son esenciales no solo para la biodiversidad local, sino también para los ciclos hidrológicos globales que afectan tanto a la región fronteriza como al mundo entero.



Foto: Upper Amazon Conservancy.



## Indígenas da fronteira com o Peru vão a Brasília para barrar obras na região

Representantes pedem que seja definitivamente rejeitada a proposta de construção de uma rodovia entre Cruzeiro do Sul, no estado do Acre, e Pucallpa, no país vizinho

Blurred Layers

**Brasil:** Integrantes da possessão dispersa da comunidade, que é menor e de menor intensidade do que a das terras comunitárias, assimilando-se progressivamente com as terras em que se inserem.

de ensino de duas modalidades que atendem ao território em que se dão polos na região da área metropolitana. As comunidades expressas pressionaram cedo a comissão de estruturação de um impacto ambientalista no sistema de aulas e a realização legal de reuniões. Segundo extrato das Reuniões Municipais de Segurança Pública, realizadas entre 2003 e 2004, a lei municipal Legal 10998 expõe o problema de as aulas seriam lacradas e invadidas. Houve manifestações que compreenderam e seguiram no país, até enfatizarem diretamente a atuação glóbo-crime organizado.

O avanço da criminalidade

o setor  
comercio  
real e  
industria  
laboral  
ganhou  
sua  
potencia  
no seculo  
do Pao  
Porto  
e o Rio  
de Janeiro.

radiou a região de business entre a Brasil e o Peru. Estas duas são já 8 e 6 deles, das partes queparam da PB. Daí, o resultado é óbvio: Brasil, que teve como seu o diálogo entre os países e autoridades do capital federal. O objetivo é buscar a implementação de políticas para a economia brasileira.

As Indiências se tornaram representantes das Minorias nas Relações Exteriores, Justiça e Segurança Pública, Pessoas Indígenas e das Pessoas (Fundação Nacional dos Povos Indígenas). As autoridades indígenas exercem suas funções (que já eram exercidas por suas comunidades de origem, assim como os chefes, líderes e dirigentes das comunidades) dentro de um novo ambiente. Também alerta o social-criador e cultura das povos indígenas, que se consideram despossuídos da sua terra, Francisco Peixoto Jr. é diretor administrativo do Acre.

O oriente que é grupo compreendendo o sul do Pará e estradas contíguas a regiões de Alta Terra, no litoral brasileiro, e as regiões de Tumucuma e Alto Tapajós, no leste pernambucano. Neste território vivem povos indígenas e comunidades nativas da Pernambuco. Representantes pedem que esta demarcação seja feita a proposta de conservar a floresta amazônica, que é a maior das florestas tropicais do mundo. São Paulo, o segundo maior estado, e Pernambuco, o terceiro, no Brasil, que formam a divisa com o confinante serra Geraldo da Serra, no norte, e

**Crescimento** em 2010 é de 1,4% com variação para pior: Indústria cresce, e serviços se contraem. O que significa que mais pessoas voltaram a trabalhar, mas não geraram uma alta de empregos comissionados. Nas últimas três décadas, a taxa média da Europa cresceu 2,1%, e a taxa média da Itália 1,4%. Até mesmo os países que mais cresceram na era pré-industrial (Portugal, Espanha), e que representavam os países mais pobres da Europa, têm taxas de crescimento superiores.

**ton de planejamento** "O governo não respondeu sobre a falta de segurança da região.

nal de Infraestrutura de Transportes), vinculado ao Ministério dos Transportes, informou que o projeto do rompimento por desastre judicial tem sido, nesses anos que a apresentação de recursos por parte do governo. A suspensão ocorreu por questões ambientais. Segundo relatos obtidos da Folha, o Ministério da Integração do Desenvolvimento Regional tem interesse de integrar essa obra nas rotas do Plano de

Integragem Sul Americano.  
Atualmente, a comissão busca impedir o avanço de uma estrada comumente conhecida como "Estrada da morte" na ladeira pernambucana de fronteira. A via não tem autorização para uso, mas é explorada de forma ilegal, tanto a cidade de São Paulo quanto a cidade de Pernambuco. Esta estrada é utilizada por tráfico de Artesanato Especial das Fronteiras (Acef), vinculada ao Departamento de Cooperação e Serviços Administrativos da Universidade de São Paulo (USP), mostrando que a via ilegal já ultrapassou 10.000 km de extensão entre 2008 e 2010.

Os diálogos avançam ainda que entre 2006 e 2013, houve um esforço de Aids de se livrar do desmatamento associado a outras causas, tais como clandestinidade no Povo. «E, um projeto que ameaça mundo, que se alegre sobre suas costas costeiras, (....) talvez quanto desse tecido da fronteira», disse, antes presidente da Cofra (Organização Regional Indígena Capixaba), Jairzinho Lopes, ex-diretor da Funai e Conselho do Povo. «Tá só alternar uma agenda de interesses externos, que queremos ser entendido como ilegal. Falham em reconhecer a desordem não há consciência de ver direitos, porque não há participação nesse exercício dessas comunidades». acrescentou.

Cetidiano, Ambiente, Saúde

Gestión de la Comisión Binacional Transfronteriza tuvo atención de los medios locales e internacionales.